

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

Comarca: Colombo/PR

Esta Política estabelece as diretrizes para o tratamento de dados pessoais pela agência de viagens, em estrita conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), Código Civil Brasileiro e demais normas aplicáveis. Visa garantir transparência, segurança, prevenção a fraudes e respeito aos direitos dos titulares.

1. Princípios Fundamentais

O tratamento de dados pessoais observará os princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização, nos termos dos arts. 6º e 7º da LGPD.

2. Agentes de Tratamento e Responsabilidades

- **Controlador:** Pessoa jurídica responsável pelas decisões referentes ao tratamento dos dados pessoais.
- **Operador:** Pessoa física ou jurídica que realiza o tratamento em nome do controlador.
- **Encarregado (DPO):** Canal de comunicação entre controlador, titulares e ANPD, conforme art. 41 da LGPD.

3. Coleta e Finalidade dos Dados

- Dados pessoais são coletados apenas para finalidades legítimas, específicas, explícitas e informadas ao titular, como emissão de bilhetes, reservas, atendimento, cumprimento de obrigações legais e contratuais.
- O tratamento será limitado ao mínimo necessário, vedado o uso para fins incompatíveis com as finalidades informadas.

4. Consentimento e Bases Legais

- O tratamento de dados dependerá de consentimento livre, informado e inequívoco do titular, salvo hipóteses legais de dispensa previstas no art. 7º da LGPD.
- O titular poderá revogar o consentimento a qualquer tempo, mediante manifestação expressa.

5. Compartilhamento de Dados

- O compartilhamento de dados com terceiros (companhias aéreas, hotéis, operadoras turísticas, autoridades) será realizado apenas para execução do contrato ou cumprimento de obrigação legal, sempre com transparência ao titular.

- O controlador exigirá de terceiros o cumprimento das obrigações legais de proteção de dados.

6. Armazenamento, Retenção e Eliminação

- Os dados serão armazenados pelo tempo necessário ao cumprimento das finalidades, obrigações legais ou defesa de direitos em processos judiciais e administrativos.
- Após o término do tratamento, os dados serão eliminados, ressalvadas as hipóteses legais de guarda obrigatória.

7. Direitos dos Titulares

O titular poderá, a qualquer tempo e mediante requisição:

- Confirmar a existência de tratamento;
- Acessar, corrigir, anonimizar, bloquear ou eliminar dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade;
- Solicitar portabilidade, informação sobre compartilhamento e revogação do consentimento;
- Opor-se ao tratamento em caso de descumprimento da LGPD.

8. Segurança da Informação e Prevenção a Fraudes

- A agência adota medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.
- São implementados controles de acesso, criptografia, autenticação em dois fatores, monitoramento de sistemas e treinamento de colaboradores.
- Procedimentos rigorosos de verificação de identidade são aplicados em todas as solicitações de acesso, alteração ou exclusão de dados, prevenindo fraudes, estelionatos e uso indevido de informações.
- Em caso de suspeita de fraude, uso de documentos falsos ou tentativa de acesso indevido, a agência comunicará imediatamente as autoridades competentes, nos termos do art. 171 do Código Penal e art. 14 do CDC.

9. Comunicação de Incidentes

- Eventuais incidentes de segurança que possam acarretar risco ou dano relevante aos titulares serão comunicados à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e aos titulares, conforme art. 48 da LGPD.

- A agência manterá registro de todas as operações de tratamento e incidentes, promovendo a devida apuração e mitigação dos riscos.

10. Transferência Internacional de Dados

- Transferências internacionais só ocorrerão para países que proporcionem grau de proteção de dados adequado ou mediante consentimento expresso do titular, observando-se as hipóteses do art. 33 da LGPD.

11. Exercício de Direitos e Canal de Atendimento

- O titular poderá exercer seus direitos por meio de canal específico disponibilizado pela agência (e-mail, formulário eletrônico ou endereço físico).
- O atendimento às solicitações ocorrerá em prazo razoável, não superior a 15 dias, conforme art. 18 da LGPD.

12. Disposições Finais

- Esta Política integra os contratos de prestação de serviços turísticos, prevalecendo sobre entendimentos verbais ou informais.
- Eventuais omissões serão supridas pela legislação vigente.
- Fica eleito o foro da Comarca de Colombo/PR para dirimir controvérsias oriundas desta Política, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Referências Legais:

- Lei nº 13.709/2018 (LGPD)
- Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor)
- Código Civil Brasileiro
- Código Penal Brasileiro
- Normativos da ANPD

Esta Política assegura a conformidade legal, transparência, prevenção a fraudes e respeito integral aos direitos dos titulares de dados pessoais.